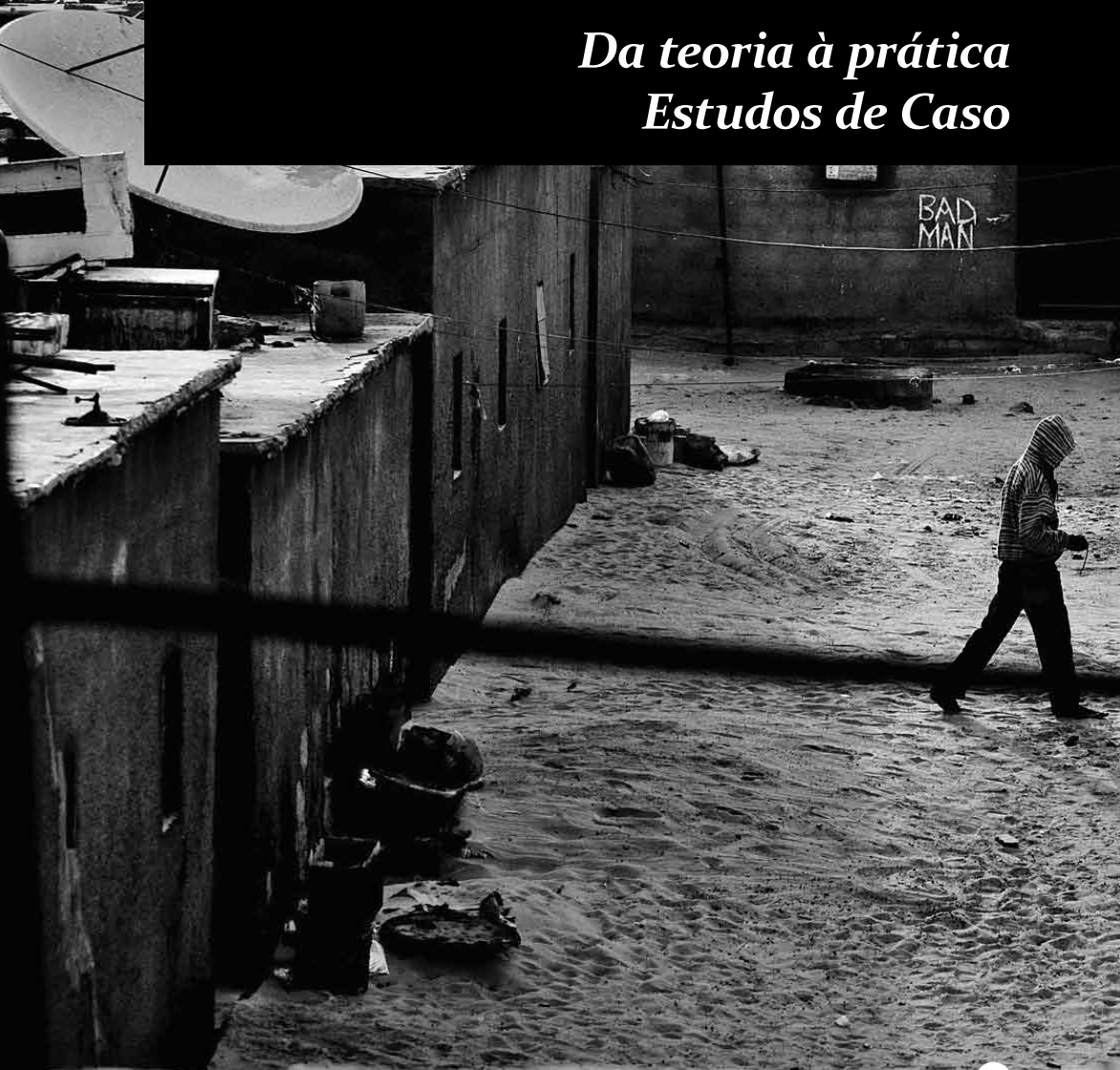




Da teoria à prática
Estudos de Caso





A habitação caboverdeana e o seu meio ambiente

A relação entre casa e meio ambiente no arquipélago é marcada por traços de uma paisagem paradisíaca e peculiar na Macaronésia. A **casa**, o elemento que integra a geografia mítica e paisagística, é assim transcrita e salvaguardada na nossa literatura, como dizia, Baltazar Lopes em *Chiquinho*: “Como quem ouve uma melodia muito triste, recordo a casinha em que nasci, no Caleijão. O destino fez-me conhecer casas bem maiores, essas onde parece que habita constantemente o tumulto, mas nenhuma eu trocava pela nossa morada coberta de telha francesa e emboçada de cal por fora, que meu avô construiu com dinheiro ganho derriba da água do mar.”¹

É a visão da paisagem como significante social transcrita pelo escritor caboverdeano, expressão única e memorial do *habitat*, integrada no próprio sistema de povoamento. É evidente que esta qualidade visual é, de certa forma, o resultado da manifestação cénica do território determinada pela presença dos principais elementos estruturantes do espaço (relevo, coberto vegetal, recursos hídricos). Também, ela é extensiva às ilhas mais planas, em que o mar e as praias, dominam todo o encanto do território local. Assim, a relação da habitação caboverdeana com o meio ambiente das ilhas, foi fortemente determinada pelo modelo de povoamento que deu origem à nossa criolidade, à nossa cultura e, de certo modo, a uma identidade própria.



¹ Lopes, Baltazar, *Chiquinho*, pag. 25.

Esta simbiose cultural (europeia e africana) determina como e com que forma se deveria construir e, com o tempo, levou à assimilação dos métodos construtivos e dos modelos de habitação impostos pelos europeus. Estes modelos prevaleciam com alguma característica provisória, e permanecem ainda hoje nas zonas rurais e subúrbios das principais cidades.

Assim, afirma Araújo *“Estas construções, mesmo as fortificações militares e salvo raras exceções, caracterizaram-se por uma concepção simples, possível de realizar-se com os recursos materiais locais, refletindo os valores culturais ligados à função e forma dos espaços, de acordo com a origem dos senhores. Nasceram então os primeiros aglomerados de habitações, situados em portos naturais, bem abrigados das correntes marítimas e dos ataques dos inimigos.”*²

Este tipo de povoamento tem as suas características peculiares e influenciou, de certo modo, o fenómeno urbano no arquipélago. Num primeiro momento, este fenómeno é marcado essencialmente na estrutura formal de cidades litorâneas. A intensificação das relações comerciais desenvolvida pela via marítima, depois do século XVI e com o crescimento da actividade dos portos de mar, acompanha o desenvolvimento urbano nas cidades, reforçando o fenómeno urbano litorâneo.

Nas ilhas atlânticas, a fundação das vilas e cidades portuárias consolida essa cultura litorânea. Sendo elas marcadas pelo fenómeno insular, é evidente que em termos antropomórficos enquadram-se em sociedades insulares e marítimas, as quais foram no tempo e espaço historicamente constituídas com os seus mitos, símbolos, formas culturais e mesmo representações mentais intrínsecas no mundo do seu imaginário, pois relacionam-se com o mar e as ilhas, e, segundo Diegues (1998: 27), esse fenómeno é interpretado com a *“ideia do espaço insular como lugar por excelência, onde a cultura, sociedade e espaço coincidem”*³.

Por outro lado, o processo de formação da sociedade cabo-verdiana caracteriza-se, no quadro de contexto geográfico, pela descontinuidade territorial. E, consequentemente, e apesar da sua pequenez e no quadro de uma unidade arquipelágica, cada uma das ilhas é marcada por peculiaridades inerentes à forma de povoamento de cada uma delas.

A mobilidade geográfica secular do cabo-verdiano remonta ao processo de formação da sociedade que se seguiu à descoberta do arquipélago em 1460 e ao seu posterior povoamento com a doação pela Coroa Portuguesa, situação que transformou o território num entreposto de escravos, sobretudo com destino às grandes plantações de cana-de-açúcar das Américas. Daí se imprimiriam características próprias ao cabo-verdiano, que se reflectiram na estratificação *sui generis* da sua estrutura urbana, social, económica e cultural.

É neste contexto que *“a adaptação ao meio destas habitações é superficial, e regista-se o facto de o mesmo modelo ser construído, num plateau ou na encosta de uma montanha, numa zona com ou sem água, no litoral ou no interior, no cume de um monte árido e ensolarado ou num vale pleno de verde e sombra”*.⁴

A casa cabo-verdiana surge no início do povoamento das ilhas, destacando-se o povoamento da ilha de Santiago, na Ribeira Grande de Santiago, a Cidade Velha (hoje,

² ARAÚJO, Luís – *Espaços Arquitetónicos Caboverdianos*, Revista FRAGMENTOS, Ensaio.

³ DIEGUES, António Carlos, – *Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário* (1998), S.Paulo-1998, Editora HUCITEC.

⁴ ARAÚJO, Luís – *op. cit.*, pag. 40.

Património Mundial) e aqui se encontram exemplos notáveis de arquitectura de influência europeia (portuguesa), iniciando-se um processo que, posteriormente, adquiriu as suas características próprias.

Tendo sido muito utilizado em épocas passadas, principalmente no espaço rural, temos único modelo de habitar com origem africana denominado **Fungo**, hoje em vias de desaparecimento ou já inexistente; e tal como refere João Lopes Filho: *“Fungo é um vocábulo de língua africana.....supomos que terá chegado ao arquipélago acompanhando esta técnica de construção muito utilizada em Africa, vindo justamente da região de maior contacto com Cabo Verde e donde provinha grande parte dos negros que passavam pelo entreposto escravagista montado em Santiago*⁵. O Fungo é, assim, uma construção típica caracterizada apenas por um espaço de planta circular, com uma cobertura cónica em palha, sem janelas e com uma porta baixa.



Na generalidade dos casos, as formas assumidas pelos modelos urbanos e rurais tradicionais são semelhantes e têm uma origem comum. São modelos cuja tipologia é de planta rectangular, de construção baixa, com cobertura de colmo de duas águas, composta também por um quintal nas traseiras e a sua configuração rústica é marcada essencialmente pelo facto de as paredes não serem revestidas e de a sua fachada ser normalmente constituída por duas janelas e uma porta entre elas.



Estas habitações, na sua maioria, são construídas com pedra – material mítico e secular, que contribuiu, de certa forma, para a manutenção desses modelos –, têm pavimento em terra e não têm instalações sanitárias; funcionalmente, no seu interior, dispõem apenas do espaço para dormir e de um espaço de sala para comer (muitas vezes também utilizado

como dormitório); e exteriormente, no quintal, cozinha-se e guardam-se os animais. Com a abolição da escravatura, a produção camponesa, deixa de ser apenas de subsistência, ganha força e provoca mudanças significativas no povoamento. Surge, então, uma estrutura social constituída pelos grandes senhores de terra – os morgados e os rendeiros, mestiços e os escravos libertos e, estes últimos, tomam de arrendamento as terras dos morgados. E assim, surge, então, um novo tipo de habitação denominado, o Sobrado (casa grande), e à volta dele desenvolviam-se os casebres dos rendeiros e o essencial nesta tipologia é a existencia de um pátio interior, elemento que, para além de ter a função de lazer e estar familiar, exercia uma outra função, como elemento

⁵ FILHO, João Lopes – Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos, Lisboa, pag. 17.



microclimático de toda a estrutura da casa e encontra-se nos aglomerados urbanos e na cidade.

Estas tipologias representam uma evolução na habitação devido à sua concepção e aos respectivos métodos construtivos. Uma evolução que marcou, essencialmente, a cobertura, com a introdução da telha de cerâmica importada, e que passa a ser construída com quatro águas.

Nas ilhas do Fogo, da Brava e da Boa Vista, os sobrados constituem os mais significativos patrimónios arquitectónicos edificados de influência portuguesa, assim como na Ribeira Brava, em São Nicolau, pela sua arquitectura e simbolismo.



Edifícios-Sobrados

As casas, casinhotos e os sobrados afirmam-se como objectos físicos e sociais que marcaram durante muitos séculos os diversos centros de desenvolvimento, constituindo, assim, espaços cheios de significados psicológicos e sócio – culturais.

A partir dos anos 70 do século passado tornaram-se expressivos novos modelos de carácter urbano e rural caracterizados pela modernidade, fazendo largo uso de materiais importados, e que são o resultado de uma assimilação de conceitos estéticos e funcionais de habitação com influência e origem no exterior do País.



Estes modelos reflectiram, na sua concepção, uma mistura de critérios de funcionalidade e organização interna da casa em que ainda se pode identificar alguma referência aos elementos tradicionais. Porém, a principal mudança, tornou-se evidente no plano construtivo, em que o bloco de cimento importado e o betão armado, se tornaram os materiais predominantes, dando origem a concepções arquitectónicas inadequadas ao clima.

Essa cultura do bloco-cimento e do betão armado acaba por ter grande reflexo principalmente na forma da cobertura que passou a ser horizontal, dando origem a terraços, que vieram substituir os telhados inclinados, mudando-se, assim, drasticamente, a paisagem urbana e rural.

Este cenário estendeu-se por quase todo o País. Por outro lado, nos finais da década de 90, as cidades sofreram um enorme crescimento e expansão dos bairros existentes e surgiram novos bairros, caso específico da cidade da Praia.



Constata-se, ainda, um ritmo elevado do crescimento da população resultante do abandono do campo, aliado a uma ausência de programas e políticas para os diferentes domínios urbanos (habitação, solo, equipamentos); condição que originou o desenvolvimento de bairros fragmentados, sem nenhuma integração com a estrutura existente, caracterizados por formas gerais irregulares, e por vezes situados em localizações e áreas de grande risco (áreas de declives acentuados, fundos de vales, sujeitos a inundações repentinas, etc.).

Em suma, pode-se dizer que se, muitas vezes, não é bem perceptível a importância da dimensão simbólica das casas integradas no seu espaço e local, nas relações sociais e na organização de uma sociedade é, hoje em dia, imprescindível reforçar a necessidade do estudo desses aspectos e a compreensão da complexidade dos fenómenos e problemas a eles ligados, discutindo-se e aprofundando-se, designadamente, a ocorrência e a variada expressão e significação desses aspectos em diferentes grupos da população.



UM PANORAMA RECENTE DA HABITAÇÃO SOCIAL EM CABO VERDE

Uma Política Habitacional e Urbana

A política social da habitação constitui-se como uma das prioridades do governo de Cabo Verde no âmbito das políticas públicas para os próximos anos. O ano de 2009, eleito como o “**Ano da Habitação**”, esteve associado a uma série de medidas e estratégias para promover a habitação social em todo o país, considerando-se que esta promoção está consagrado na constituição da república e na declaração universal dos direitos humanos, enquanto um direito humano, individual e colectivo (direito a habitação condigna).

Uma das medidas e acções, foi a elaboração de um Plano de Acção designado de “**Programa Casa Para Todos**” que define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e um conjunto de programas e projectos que deverão resultar na redução efectiva do deficit habitacional nacional nos próximos anos. No quadro deste programa, para atender as necessidades da população com problemas específicos no acesso à habitação, instituiu-se o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)**,

que faz parte de uma plataforma de concertação de actores e de coordenação dos meios e dos recursos disponíveis com o objectivo de implementar as políticas e os programas de investimentos habitacionais e melhorar o acesso das famílias de menor rendimento a uma habitação condigna.

Nesta sequência, entendeu-se criar outros mecanismos e dotar o País de um instrumento a partir do qual seja possível identificar as necessidades regionais e locais em habitação, por categorias de défice habitacional e as especificidades desse deficit, bem como as estratégias para a sua resolução que é o Plano Nacional de Habitação (PNH) que se encontra em elaboração, instrumento este cujo objectivo é fornecer uma orientação estratégica para a definição de uma política integrada de habitação em Cabo Verde.

Paralelamente, institui-se o **Cadastro Único de Beneficiários de Habitação de Interesse Social** cujo objectivo, duplo, é retratar a situação socio-económica da população de todos os municípios, através do mapeamento e identificação das famílias com necessidades de habitação, proporcionando-se, paralelamente, uma maior abrangência na aplicação dos programas sociais.

Estas medidas de política constituem, assim, um processo sistémico em que todos os participantes – Estado, Municípios e sociedade civil – exercem um papel fundamental na definição do cumprimento das responsabilidades, contrapartidas e deveres na área que está aqui a ser abordada.

HABITAÇÃO E DEMOGRAFIA

Cabo Verde, no sector habitacional, regista um deficit de 82 mil fogos, que afecta todas as camadas de rendimento e produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, excluídos do mercado formal de habitação. Cumulativamente a esta situação, a insularidade que caracteriza o País, faz com que haja uma distribuição assimétrica da população e das actividades económicas, originando-se, assim, grandes assimetrias regionais e locais no que respeita aos deficits qualitativo e quantitativo e à qualidade do parque habitacional; e o resultado é que o sector se torna pouco acessível à maioria das famílias cabo-verdianas, em virtude dos custos elevados do sector da construção civil e das condições actuais de acesso ao crédito, que excluem a maior parte das famílias.

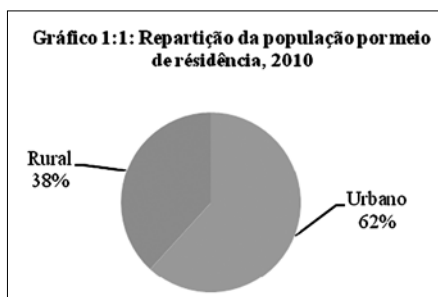
O sistema urbano é essencialmente bipolarizado pelas cidades da Praia e do Mindelo. A maior parte da população concentra-se na cidade da Praia. Regista-se, contudo, a partir dos anos noventa do século passado, um progressivo crescimento dos centros secundários, nomeadamente Vila da Preguiça na ilha do Sal, Vila de Pedra Badejo (Concelho de Santa Cruz), Cidade de Assomada, no Concelho de Santa Catarina, Cidade de Porto Novo e Cidade de São Filipe.

Segundo os dados preliminares do INE e do Relatório sobre o Estado Actual do Ordenamento do Território em Cabo Verde (REAOT), a população residente do país é de 491 575 habitantes, sendo 50,5% do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino, sem contar ainda com uma diáspora superior à população residente (cerca de um milhão de emigrantes espalhados por vários países, especialmente Portugal, Holanda, EUA, França, Espanha, Itália e Luxemburgo).

Santiago, S. Vicente, Santo Antão e Fogo, são as ilhas mais populosas. Correspondem a 61,2% do território nacional, albergam 87,7% da população residente do país. A Ilha de Santiago (24,5% do território) alberga mais de metade da população residente de Cabo Verde (55,7%) e tem tido um papel determinante no crescimento demográfico de Cabo Verde. Santiago e S.Vicente representam, em conjunto 30,1% do território nacional e têm 71,2% da população de Cabo Verde.

Hoje em dia metade da população vive nas cidades. Em Cabo Verde, num retrato da nossa paisagem urbana, a tendência é para uma intensificação do fenómeno da urbanização. Constata-se que a população urbana é de 62%, estando concentrados nos dois principais centros urbanos do país – Praia e Mindelo. O êxodo da população das

áreas rurais para os principais centros urbanos do país e o rápido crescimento demográfico nas áreas urbanas gera uma pressão enorme sobre o espaço físico e recursos urbanos, na maioria dos casos não sendo acompanhado do desenvolvimento dos serviços e infra-estruturas necessários para cobrir as necessidades da população, sobretudo na Praia, Mindelo, Sal-Rei, Espargos e Assomada, originando desta forma um crescimento incongruente pela ausência ou insuficiência de espaços públicos, equipamentos e infra-estruturas urbanísticas.

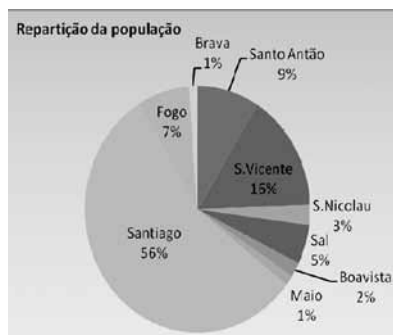


Fonte: INE

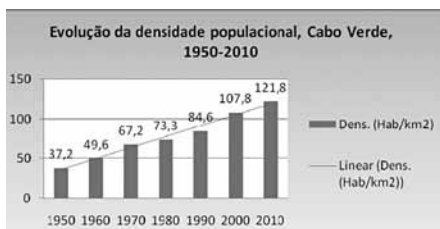
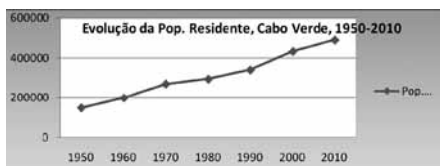
Uma primeira reflexão, que resulta desta abordagem e da consideração do período de análise de 1950-2010, confirmada pela curva de variação da população, é que a repartição da população cabo-verdiana é muito desequilibrada entre as ilhas: pouco mais de metade da população (55,7%) está concentrada na ilha de Santiago, seguido de S.Vicente (15,5%), Santo Antão (8,9%) e Fogo (7,5%). O concelho da Praia continua a ser o mais populoso do país, albergando 26,9% da população total de Cabo Verde (vide o quadro).

Repartição da população de cabo Verde por ilhas, 2010

| Ilha | Efectivo | % |
|--------------|----------------|--------------|
| Santo Antão | 43.915 | 8,9 |
| S. Vicente | 76.107 | 15,5 |
| S. Nicolau | 12.817 | 2,6 |
| Sal | 25.657 | 5,2 |
| Boavista | 9.162 | 1,9 |
| Maio | 6.952 | 1,4 |
| Santiago | 273.919 | 55,7 |
| Fogo | 37.051 | 7,5 |
| Brava | 5.995 | 1,2 |
| Total | 491.575 | 100,0 |



Fonte de dados: INE/REAOT

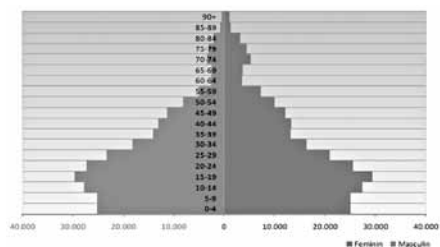


Fonte de dados: INE/REAOT

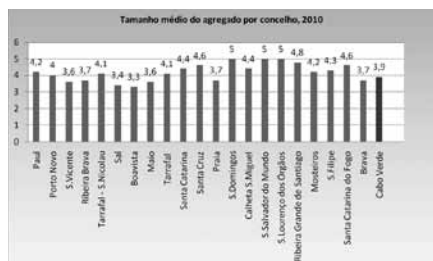
Segundo estes dados do INE, relativos ao período 2000-2010, Cabo Verde registou uma taxa média de crescimento da população de 1,2% ao ano, sendo que Praia (3%), Boavista (7,8%) e Sal (5,5%) apresentam taxas de crescimento médio superiores à média nacional.

A estrutura da população cabo-verdiana é marcada pela juventude; a idade média é de 26,8 anos e 50% da população tem menos de 22 anos.

Pirâmide etária, Cabo Verde, 2010



Fonte de dados: INE/REAOT



Fonte de dados: INE/REAOT

Os agregados familiares são constituídos, em média, por 3,9 membros, sendo que 14 dos 22 municípios do país estão acima da média nacional.

Estes dados do Censo de 2010, no fundo, fornecem indicadores que orientam sobre a necessidade de políticas públicas que tenham em conta e respondam à situação e ao crescimento da pobreza ou a demanda da população nas cidades, contribuem, também, para dimensionar as demandas locais sobre os fortes processos de reabilitação/regeneração urbana; trata-se, portanto, de uma ferramenta importante a considerar no desenho dos mecanismos da distribuição dos recursos, harmonizando, as grandes assimetrias regionais e locais.

A SITUAÇÃO E O DEFICIT HABITACIONAL

O elevado ritmo de crescimento populacional no último quarto de século, associado a uma economia débil, principalmente rural, origina um forte êxodo rural com a intensificação da pressão sobre os principais centros urbanos, em particular, Praia e Mindelo.

Estas duas principais cidades têm vindo a sofrer um crescimento rápido e desordenado, sem uma visão de actuação coerente e capaz de acompanhar essa transformação; uma situação que originou fenómenos preocupantes de marginalização urbanística.

Esta situação acaba por permitir o surgimento de habitações espontâneas, dando, por vezes, origem a desenvolvimentos de elevada complexidade e mesmo dramáticos; salientando-se que tal cenário põe em causa a própria sustentabilidade da cidade, através de uma ocupação desordenada do solo, com a utilização para fins habitacionais de áreas urbanisticamente desaconselháveis em termos de ocupação urbana e mesmo associadas a situações de grande riscos (exemplo: inadequação construtiva ao local, deslizamento de terrenos, e implantação em sítios sujeitos a perigosas inundações/enxurradas).

A carência habitacional, quantitativa e qualitativa, é grande, bem como o desequilíbrio entre a oferta e a procura de terrenos. De todo o modo, esta carência afecta todas as camadas de rendimento, mas produz impactos maiores sobre segmentos de população de menor rendimento, que estão excluídos do mercado formal de habitação.

Neste contexto, a estimativa actual é de cerca de 42 mil fogos no que diz respeito ao deficit básico ou quantitativo, sendo 70,7% (29 957 fogos) em meio urbano. Estima-se em cerca de 68 mil fogos o deficit qualitativo (domicílios inadequados). Em meio urbano o deficit qualitativo atinge mais de metade do valor total estimado (51,6%).

Défice Habitacional em 2010

| Ilha | Défice Habitacional Básico | | | Inadequação dos Domicílios | | |
|--------------------------|----------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|
| | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total |
| Santo Antão | 1.761 | 3.533 | 5.292 | 1.879 | 5.309 | 7.229 |
| São Vicente | 8.320 | 257 | 8.536 | 8.396 | 527 | 8.976 |
| São Nicolau | 643 | 566 | 1.198 | 541 | 984 | 1.535 |
| Sal | 2.498 | 342 | 2.841 | 2.105 | 190 | 2.295 |
| Boa Vista | 425 | 192 | 610 | 350 | 384 | 735 |
| Maio | 344 | 295 | 630 | 423 | 524 | 948 |
| Resto de Santiago | 2.989 | 5.162 | 2.885 | 4.979 | 17.687 | 23.236 |
| Praia | 11.560 | 368 | 11.777 | 15.347 | 1.744 | 17.182 |
| Fogo | 825 | 1.724 | 2.535 | 1.305 | 4.067 | 5.481 |
| Brava | 244 | 707 | 950 | 191 | 667 | 858 |
| Total CV | 29.957 | 13.254 | 42.369 | 35.508 | 32.099 | 68.835 |

Fonte: IFH/REAOT – Estimativas

Como referimos anteriormente e considerando o deficit quantitativo de 40 776 e o déficit qualitativo de 66 013 habitações, no âmbito do programa Casa para Todos, o governo pretende num primeiro momento, a construção de cerca de 8 500 fogos, para minimizar o problema do deficit habitacional, numa perspectiva para 2008 – 2013. É um programa bastante pragmático, que em matéria quantitativa prevê anular cerca de 20% do deficit através da construção de 8 155 habitações. Por outro lado e do ponto de vista qualitativo, prevê-se a intervenção em cerca de 2,4% do parque habitacional carenciado, o que corresponde à reabilitação de cerca de 15 000 habitações.

Dentro desta visão pragmática, temos a realçar que o programa incide especificamente na infra-estruturação urbana, em programas de construção-reabilitação, e na reabilitação de moradias no mundo rural e nas periferias dos centros urbanos.

OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Na generalidade, todos os discursos sobre a habitação incidem, tendencialmente, sobre os problemas da quantidade, sabendo-se que existem, ainda, questões de fundo, por resolver, em matéria da qualidade da produção habitacional de baixo custo.

Esta questão refere-se, numa primeira linha, aos parâmetros técnicos adequados para se fazer melhor habitação de interesse social e incide, nomeadamente, sobre a duvidosa qualidade técnica associada aos diversos aspectos de iluminação, de higiene e de segurança, que constituem indicadores de conforto, mas talvez que numa segunda linha o essencial seja centrarmo-nos na dinamização de uma verdadeira qualidade arquitectónica, colocando a tónica tanto na vertente doméstica, como e sobretudo na respectiva dimensão urbanística.

Nesta perspectiva a questão do habitar deve ser entendida de uma forma mais ampla, como entidade viva, pois “com um número reduzido de fogos e com limites de custos, também é possível enriquecer a paisagem urbana”⁶, afirma Coelho, A.B. Mas, o facto de haver uma reflexão à volta da problemática da quantidade e da qualidade habitacional, acaba por evidenciar que a questão fundamental também reside, precisamente, em como enriquecer a paisagem urbana ou seja em que aspectos o habitar e a habitação de interesse social pode e deve “contribuir para a vida da vizinhança, do bairro e da cidade”⁷.

Para se desenvolver um tal cenário, e em matéria de política habitacional, é necessário consolidar os bairros de origem espontânea, ilegal, controlar o seu crescimento e perspectivar a integração da habitação social no tecido urbano. E neste sentido apontam-se, sinteticamente, algumas questões fundamentais e pertinentes para reflexão:

- (i) Que modelo(s) de habitação para o País?
- (ii) Qual o papel das famílias beneficiadas na participação de escolha e atribuição do respectivo espaço arquitectónico?
- (iii) Que metodologia a utilizar na identificação e escolha do espaço urbano para localização da habitação social? Onde? Como? E em que condições?

Do nosso ponto de vista, há que garantir, em primeiro lugar, uma política de reabilitação e integração social assistidas, baseadas na identificação e no respeito de adequadas condições de habitabilidade, conforto e funcionalidade, com estruturas habitacionais associadas às redes de infra-estruturas, equipamentos e transportes, e com adequado enquadramento arquitectónico e paisagístico. Por outro lado, há que passar, decididamente, a uma reflexão clara sobre a diversidade espacial, tipológica e construtiva a aplicar no habitar novo e renovado.

A formulação, hoje em dia, de uma política baseada nos pressupostos associados à reabilitação urbana, deve estar directamente associada ao processo de recuperação

⁶ Coelho, A. Baptista. – “Entre a casa e a cidade, a humanização do habitar”, pag. 4.

⁷ Coelho, A. Baptista – op. cit, pag. 4.

e reapropriação, pelos cidadãos, de áreas já consolidadas da cidade, numa positiva e estimulante relação habitação/cidade. Só assim, o processo de reabilitação/regeneração urbana se realizará, preferencialmente, a partir de iniciativas que integrem um conjunto de ações para promover a utilização sustentável dessas áreas já consolidadas, ou seja, promovendo-se a diversidade de usos e de actividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e económico.

Das diversidades de usos e de actividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e económico, temos ainda a destacar, neste sentido, a promoção e a conservação do património construído – cultural e ambiental – das áreas urbanas centrais de forma a melhorar-se a qualidade de vida da população, contribuindo-se para a redução do deficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos e, sobretudo, estimulando-se a gestão integrada e participativa da população na formulação e implementação da política urbana.

Posto isto, é preciso criar mecanismos que vão de encontro a este tipo de cenário geral, dando-se a devida atenção ao cuidado com a cidade existente e à visão da cidade como projecto urbano sustentável. Uma visão de construir cidades sustentáveis, cuja obrigação deve ser assegurar a transmissão às gerações futuras de uma cidade com espaços correctamente edificados; pois, tal como afirma Sérgio Magalhães “as nossas cidades não podem continuar se expandindo, sem infraestruturas e serviços... mas podem aproveitar os vazios urbanos, as áreas de desindustrialização, conectar-se às linhas de transporte – adensar-se”⁸. Para tal, há que garantir a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, e transportes públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

É neste contexto, que importa realçar o excelente artigo, de entre outros do arquitecto A. B. COELHO, intitulado “Como fazer novos realojamentos e refazer os que foram mal feitos”⁹, no qual se apontam recomendações e caminhos bastante pertinentes, a seguir como sendo urgente na *praxis* da melhoria de metodologias de enquadramento e avaliação para uma boa solução residencial, centralizada na qualidade do desenho e satisfação dos moradores, dos quais destacaremos os seguintes caminhos: (i) pensar pequeno e pensar com identidade e qualidade; (ii) não aplicar soluções-tipo, sistematicamente; (iii) respeitar, aproveitar e enriquecer a história de cada sítio de implantação e a história de cada bairro; (iv) ter como objectivo primário o fazer ou o refazer de uma cidade amigável; (v) assegurar uma integração plena na malha urbana; (vi) promover uma arquitectura urbana e residencial cuja solução global seja socioculturalmente adequada; (vii) privilegiar soluções específicas que respeitem e formalizem as escalas que são as mais adequadas para as diversas tipologias de arquitectura urbana; (viii) reconhecer e usar com coerência e plenitude o papel protagonista do verde urbano; (ix) atender cuidadosamente à escolha das tipologias de edifícios e de habitações; (x) e considerar a adequação sociocultural e humana das tipologias habitacionais.

⁸ MAGALHÃES, Sérgio, em especial para A FOLHA de S.Paulo – “Modelo não inclui o morador como protagonista”.

⁹ COELHO, António Baptista – “Como fazer novos realojamentos e refazer os que foram mal feitos”, Infohabitar, Ano VI, n.º 296, 3 de Maio de 2010, <http://infohabitar.blogspot.com/2010/05/como-fazer-novos-realojamentos-e.html>.

Trata-se, como é evidente de reflexões importantes à volta da integração da habitação social e residencial no tecido urbano, da relação habitação/cidade na paisagem e da concepção do espaço público em grandes bairros de realojamento, desenvolvidos já em estudos na *praxis* dos processos de inserção social nesta matéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo, no quadro do seu Programa, definiu o planeamento e ordenamento urbano como prioridades. Trata-se de uma estratégia e uma visão clara, que promove a integração de acções que incidem sobre o sistema urbano nos principais centros urbanos.

Neste processo, cabe um papel importante e decisivo ao poder público como articulador de propostas que viabilizam a construção e implementação de projectos de desenvolvimento com dimensão socio-económica. Projectos que, para serem bem sucedidos, devem, por um lado, incorporar no seu processo de formulação colectiva, a participação dos beneficiários no sentido de promover uma melhor adequação das intervenções às necessidades e à procura pelos grupos sociais envolvidos, num processo vivo, em que os resultados desta fase de desenvolvimento de novos projectos habitacionais, possam constituir experiências concretas e positivas, baseadas na articulação com diferentes segmentos sociais a exercerem os seus direitos e deveres, permitindo-se e fomentando-se, por um lado, a afirmação da cidadania e transparência na aplicação dos recursos públicos e, por outro, uma política que não siga modelos prontos e eventualmente pouco adaptados à realidade caboverdeana e possa ser adequadamente inovadora e capaz de responder de modo adequado aos problemas sociais e económicos que se colocam a nível nacional.

Hoje, Cabo Verde encontra-se num momento marcante em matéria de planeamento do território, tendo o sector do ordenamento do território conseguido ganhos importantes nos últimos anos. E, apesar disso, o crescimento urbano, em muitas das nossas principais cidades, tem constituído um problema complexo, sobretudo na nossa cidade capital, onde se concentra grande parte da população do país, uma situação resultante da anterior ausência de planeamento, cujo sistema de ocupação do uso dos solos associado ao crescimento demográfico imprimiu uma dinâmica urbana quase imparável e sem qualidade.

A expressão física urbana desse crescimento implica uma reflexão profunda sobre o que poderá ser uma identidade urbana mais adequada, baseada em intervenções prioritárias e programadas de requalificação urbana, dando resposta às demandas políticas, não só com o Planeamento Urbanístico, mas sobretudo com a Arquitectura, com um quadro instrumental mais operativo e controlando a imagem da cidade através da intervenção no âmbito do **Projecto Urbano**.

Assim, com esta visão da cidade como projeto urbano sustentável, as nossas cidades passam a ter como principal objectivo, intervir no sistema de Espaços Públicos, conferindo novos significados, mas sobretudo uma atitude de (re)desenho da estrutura urbana preexistente numa lógica de reforço da Identidade preexistente.

Referências Bibliográficas

- COELHO, A. Baptista – “*Entre a casa e a cidade, a humanização do habitar*”, pag. 4 – OPUSCULO 18, DAFNE EDITORA, Julho de 2009.
- DIEGUES, António Carlos – *Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário* (1998), S. Paulo – 1998, Editora HUCITEC.
- DELGADO, Pedro Manuel – *Mindelo: uma cidade, uma forma urbana*, Dissertação de Mestrado em Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ-FAU- PROURB (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo), Rio de Janeiro, Fevereiro de 2007.
- FILHO, João Lopes – Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos, Lisboa.

Artigos em revistas – Internet

- ARAÚJO, Luís – *Espaços Arquitetónicos Caboverdianos*, Revista FRAGMENTOS, Ensaio.
- GÉRARD, Chalendar e Pierrette – *A Paisagem na Literatura Caboverdeana*, in *Africa 9: Ensaio Cabo Verde*, pág. 486 – Literatura – Arte e Cultura, volume II nº 9, Ano II, Lisboa Julho/Setembro 1980.
- Infohabitar, Ano VI, n.º 296, Infohabitar a Revista do Grupo Habitar. Edição de José Baptista Coelho.
- Jornal ARQUITECTOS: Habitação, nº. 121, Ano XII – Março de 1993.
- MAGALHÃES, Sérgio, em especial para a A FOLHA de S. Paulo – *Modelo não inclui o morador como protagonista* – 19 de Fevereiro de 2011 – no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- PISSARRA, João – *A casa: quem a pensa e quem a vive*, pag 44, Jornal ARQUITECTOS: Habitação, nº. 121, Ano XII-Março de 1993.
- RELATÓRIO SOBRE O ESTADO ACTUAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM CABO VERDE, MDHOT-DGOTDU, Novembro 2010.